



## COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

### ACTA NÚMERO 13/XII/ 1.ª SL

Ao primeiro dia do mês de fevereiro de 2012, pelas dez horas, reuniu a Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal (CEAMPAPF), na sala 5, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem de trabalhos:

**10:00H - Audição da ABP – Associação de Bancos Portugueses**, com o objetivo de recolher contributos e analisar matérias relativas ao sistema financeiro e ao financiamento da economia, que se inserem no programa de assistência financeira a Portugal.

Dando início aos trabalhos o Senhor Presidente da CEAMPAPF deu as boas vindas ao Senhor Presidente da ABP, Professor Doutor António de Sousa, informando sobre o objetivo da audição e esclarecendo sobre a grelha de tempos a ser utilizada durante a audição.

A grelha de tempos seria de uma intervenção inicial da APB de quinze minutos, seguida de perguntas, com a duração de sete minutos, por grupo parlamentar, e uma resposta global da APB à totalidade das questões colocadas.

O Senhor Presidente da ABP afirmou, na intervenção inicial, que a filosofia subjacente ao programa de assistência financeira era a de avaliar a solidez da banca portuguesa, tendo-se concluído, com as avaliações e auditorias realizadas, que o sistema financeiro não era tão débil quanto se esperava. Mais acrescentou, que a o processo de desalavancagem está a correr como previsto e que apesar de não ter os números finais de 2011, pode adiantar para uma redução de dez pontos percentuais do rácio de transformação o qual poderá estar já abaixo dos 140%. Este processo foi conseguido através da venda de ativos internacionais e alguns nacionais (securitizações) e também através da captação de depósitos, reconhecendo que



## **COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

houve também a substituição de outros produtos financeiros, menos atrativos, por depósitos a prazo, concluindo-se um crescimento, destes depósitos, de 5 a 6%.

Continuando a sua exposição, referiu que, no seu entender, a maior parte dos bancos portugueses estão em condições de proceder à respetiva recapitalização com facilidade, desde que o Estado continue a proceder aos pagamentos da dívida como o tem feito até aqui.

Por último referiu que a única questão que não foi ainda esclarecida foi a definição do “buffer” – almofada de capitalização – que virá a ser exigida aos bancos portugueses e cuja definição pela EBA – European Banking Authority - está prevista para Junho de 2011. Acrescentou que estes “buffer’s” são montantes significativos e terão por base a dívida pública portuguesa à data de 30 de Setembro de 2011. Ainda se desconhece, por quanto tempo serão exigidos, dado que não faz qualquer sentido cobrir com capitais próprios definitivos dívida que deverá ser provisória.

Seguiu-se a fase de perguntas, durante a qual usaram da palavra os seguintes Deputados: Duarte Pacheco (PSD), Basílio Horta (PS), Fernando Medina (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP), João Ramos (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE).

O Senhor Presidente da APB, Professor Doutor António de Sousa respondeu às questões formuladas pelos Senhores Deputados, merecendo referir que, em conclusão, assinalou que os problemas estruturais estavam detetados desde a década de 1980 e que o sistema legal e o sistema fiscal não promovem/ incentivam o aumento de capitais próprios nas empresas e daí a descapitalização e deterioração dos respetivos capitais próprios das empresas, que neste momento seriam relevantes para a concessão de crédito, e sintetizando, disse ser em Portugal mais racional pedir crédito do eu utilizar capital próprio.

A reunião foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo, encontrando-se o respetivo registo disponível para consulta na página Internet do Parlamento.

A reunião foi encerrada às doze horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO  
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL**

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2012.

O Presidente

(Vieira da Silva)



## COMISSÃO EVENTUAL PARA ACOMPANHAMENTO DAS MEDIDAS DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PORTUGAL

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes  
Basílio Horta  
Carlos Abreu Amorim  
Clara Marques Mendes  
Duarte Pacheco  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Luís Leite Ramos  
Maria José Castelo Branco  
Miguel Frasquilho  
Miguel Freitas  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Pinto  
Vieira da Silva  
João Ramos  
Pedro Filipe Soares

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Nuno Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Semedo  
Miguel Tiago  
Teresa Anjinho  
Vitalino Canas